

PANORAMA EDUCACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA TDE SANTARÉM/PA

Ângela Rocha dos Santos
angela.santos@ufopa.edu.br

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares
maria.colares@ufopa.edu.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Este trabalho aborda o tema das políticas de educação, estas de corte social, (AZEVEDO; AGUIAR, 2001), e apresenta panorama educacional Região Metropolitana de Santarém/Pa (RMS), a partir de dados preliminares de estudo bibliográfico e documental, de natureza descritivo-analítica, sobre as políticas educacionais implementadas pela RMS, tendo por *lócus* de investigação as Secretarias Municipais de Educação, no período de 2013 a 2020. E, justifica-se a periodização, devido a Região tornar-se a 4ª região metropolitana criada no estado do Pará e 1ª gestão municipal de Mojuí dos Campos. Pesquisa vinculada ao Curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, no Pólo Santarém, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Ao considerar os marcos históricos e legais correspondentes à Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 e aprovação do Plano Nacional de Educação, de 2014, destaca-se necessário investigar sob que condições as diversas políticas educacionais são implementadas, como funcionam e, se são exitosas, (PEREZ, 2010), por isso busca-se responder: Como as políticas educacionais implementadas pelas Secretarias Municipais de Educação da RMS/Pa, de 2013 a 2020 e, repercutiram para melhoria da qualidade social do ensino público? Neste texto, empreenderemos as análises no panorama educacional da região metropolitana.

DESENVOLVIMENTO

Souza (2014) publicou um estudo sobre 215 trabalhos apresentados na ANPEd, 2000 a 2011, e destacou o aumento na escolha por políticas locais nos estudos do campo. Neste sentido, Feldman (2020) destaca a importância da pesquisa em municípios interioranos do Brasil, considerando o período da política de fundos (1996-2020), momento histórico a ser investigado.

A partir de revisão da literatura, mapeou-se preliminarmente 14 produções científicas no âmbito do Portal da BDTD, e também, no PPGE da Ufopa, sendo 11 Dissertações e 3 Teses, defendidas entre 1994 a 2019, e identificadas por busca de palavras-chave como “políticas educacionais-Santarém-município” e realização de leitura dos seus resumos. Em comum, os autores delimitam seus trabalhos à periodização entre gestão de governos municipais ou estaduais, análises das políticas educacionais, financiamento ou programas federais, e percebe-se a necessidade de mais estudos sobre a RM de Santarém.

Para Saviani (2008, p. 7) a política educacional corresponde às “decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Tratar, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira implica examinar o alcance das medidas educacionais”. Neste sentido, o estudo destaca panoramam da RMS, dentro de um período das políticas educacionais após-constituição de 1988 e novo PNE (2014-2024) marcadas por uma espécie de neoconservadorismo. (SAVIANI, 2018).

A RMS localiza-se no Oeste do Pará e contempla três Municípios circunvizinhos de Santarém (sede), Belterra e Mojuí dos Campos. Possui uma área de 27.285, 426 km², com 329.197 habitantes, sendo que 90,2% residem em Santarém e tem 25,1% da sua população na área rural (PARÁ, 2017). Uma região de propósito de integração, sendo Santarém como referência. Contraditoriamente, possui uma população que clama ainda por direitos à educação em pleno século XXI.

Na área educacional, a Região possui média de 356 unidades escolares de educação infantil e 485 de ensino fundamental, possui 2.734 docentes, com número de matrículas de 10.097 na educação infantil e 54.828 no ensino

fundamental (PARÁ, 2018). Na RMS, ainda persiste o ensino multisseriado, o fechamento de escolas no/do campo e cerca de 2,2% de professores sem formação em licenciatura, atuando na educação básica, (CRUZ; MONTEIRO, 2019; HAGE; CRUZ, 2015). O que repercute ao afetamento do direito à educação pública. Santarém e Belterra possuem Sistemas de Ensino instituídos por lei municipal. Em relação à Mojuí dos Campos, identificou-se no site institucional da prefeitura o Decreto nº 456, de 14/07/2019-PMJC/PA, que dispõe sobre a composição de membros para elaboração do seu Sistema de Ensino e Conselho Municipal de Educação.

Reconhece-se, então, a temática dentro de um campo de contradições, do movimento permanente entre Estado e Sociedade, em que a educação é um dos elementos que constituem a *práxis* material e como tal deve ser compreendida, do contexto particular, da realidade concreta, sem desconectá-lo do contexto mais universal, essas vinculadas aos modos de produção capitalista, que constituiu mais intensivamente a nossa sociedade e educação brasileira, de acordo com Colares (2011).

CONCLUSÕES

Entende-se que “há uma diferença entre a lei e sua efetiva materialidade, o que implica nos resultados quanto à efetivação das políticas” (SANTOS; COLARES, 2019, p.321), o que é percebido na diferença entre os municípios da Região quanto à criação da Lei de Sistemas de Ensino, e isso refletido na composição de Conselhos e Planos Municipais de Educação. Sendo estes, “legalmente e socialmente fundamentais para seu fortalecimento e exercício na prática da política educacional. (OLIVEIRA; SILVA, 2021). Daí a relevância de organizar os dados, sistematizar o que está sendo feito, para servir de fontes e estudos para análise sobre a realidade da nossa região, e os resultados evidenciarão como são desenvolvidas nos Municípios as políticas públicas educacionais locais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. S. A Produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 77c, p. 49-70, 2001b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7045.pdf>>. Acesso em: 07.04. 2020.

BDTD, Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. Portal do BDTD. Disponível em <https://bdttd.ibict.br/> Acesso em 01. 03.2021.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: <http://inep.gov.br/educacao-basica/ideb/resultados>. Acesso em: 20.04.2021.

COLARES, A. A. História da Educação na Amazônia. Questões de natureza teórico-metodológica: críticas e proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 187-202, out. 2011.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Org.). **Anuário brasileiro da educação básica**. São Paulo. Todos Pela Educação; Moderna, 2019. 180 p.

FELDMAN, A. Pesquisa de política educacional a partir do Município. **Notandum** (53), 37-57, 2020. Disponível em:<<https://doi.org/10.4025/notandum.vi53.51813>>. Acesso em 07.05.2021.

HAGE, S. A. M.; CRUZ, C.R. Movimento de Educação no Campo na Amazônia Paraense: ações e reflexões que articula protagonismo, precarização e regulação. **37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015**, UFSC – Florianópolis. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt03-3952.pdf>>. Acesso em 10.04.2021.

OLIVEIRA, N. C.M. de; SILVA, K. H. de S.R. da . A gestão democrática do Município de Bragança//PA e o trabalho do Conselho Municipal de Educação na efetivação da meta 19. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020145, 2021. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1553>. Acesso em: 7.05.2021.

PARÁ, (Estado). **Estudo de delimitação das regiões metropolitanas paraenses**: região metropolitana de Santarém. Helena Lúcia Zagury Tourinho; Andréa de Cássia Lopes Pinheiro; Leonardo Augusto Lobato Bello (Orgs).— Belém: SEDOP, 2017.

PARÁ (Estado). Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa – Fapespa. **Estatísticas Municipais**. Belém, 2018. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br>>. Acesso em 10.04.2021.

PEREZ, J. R. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p.

1179-1193, out.-dez. 2010.

PPGE, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. Portal do PPGE/UFOPA. Disponível em <http://ufopa.edu.br/ppge/> Acesso em: 01.03.2021.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação** PUC-Campinas, n. 24, p. 7-16, Campinas, junho 2008.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 291–304, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>. Acesso em: 7.05.2021.

SANTOS, Â. R.; COLARES, M. L. I. S. Política educacional no âmbito municipal: experiência no interior da Amazônia. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 31, p. 319-338, 9 nov. 2019.

SOUZA, Â. R.. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014.